



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – MODALIDADE À DISTÂNCIA

MARIA ELIZANA LIMA DE SOUZA

**INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES E DESAFIOS
DOCENTES**

TAPEROÁ-PB

JUNHO 2026

MARIA ELIZANA LIMA DE SOUZA

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DOCENTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade à distância EAD/SEAD.UFPB do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Magno Alexon Bezerra Seabra

TAPEROÁ-PB

JUNHO 2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729i Souza, Maria Elizana Lima de.

Inclusão na educação infantil: percepções e desafios docentes / Maria Elizana Lima de Souza. - João Pessoa, 2026.

29 f.

Orientação: Magno Alexon Bezerra Seabra.

Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Pedagogia - modalidade à distância) - UFPB/CE.

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão escolar. 3. Formação docente. 4. Acessibilidade. 5. Diversidade. I. Seabra, Magno Alexon Bezerra. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37(043.2)

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA**
Data: 29/06/2026 21:35:59-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - Orientador

Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **IVANA MARIA MEDEIROS DE LIMA**
Data: 30/06/2026 20:05:47-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Ms. Ivana Maria Medeiros de Lima

Prof. Convidada - UFPB Universidade Federal da Paraíba

Monica Dias Palitot

Prof.^a Ms. Monica Dias Palitot

Prof. Convidada – UFPB Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho a Deus, à minha família e a todos que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, incentivo e confiança ao longo desta jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo de toda esta caminhada acadêmica. Ao Professor e Orientador, Magno Alexon Bezerra Seabra, pela dedicação, paciência e valiosas orientações, fundamentais para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho. À Tutora a Distância, Camila Laís Gomes de Lima, pelo apoio, pela atenção e pelas contribuições significativas durante a elaboração deste estudo. À minha família, pelo amor, incentivo, compreensão e apoio incondicional em todos os momentos. Aos amigos e colegas, pela parceria, pelo companheirismo e pelas valiosas trocas de conhecimento ao longo desta trajetória. À instituição de ensino e a todos os professores, pelos ensinamentos transmitidos e pelas oportunidades de crescimento acadêmico e profissional. Por fim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

“Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”

(SANTOS, 2003, p. 56).

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo discutir a educação inclusiva no cenário educacional brasileiro, abordando seus fundamentos históricos, legais, sociais e pedagógicos, bem como os desafios que ainda dificultam sua efetivação nas escolas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida com base na análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações pertinentes ao tema. Os estudos analisados demonstram que, embora o país tenha avançado na formulação de políticas públicas e dispositivos legais voltados à garantia do direito à educação para todos, persistem obstáculos relacionados à formação insuficiente dos professores, às limitações da infraestrutura escolar e à escassez de recursos pedagógicos e apoio institucional. Verificou-se que a inclusão escolar não se restringe ao ingresso do estudante no ensino regular, mas envolve a criação de condições que assegurem participação, aprendizagem e desenvolvimento em igualdade de oportunidades. Conclui-se que a consolidação da educação inclusiva depende da atuação conjunta do poder público, das instituições de ensino, dos profissionais da educação, das famílias e da sociedade, a fim de transformar os princípios legais em práticas efetivamente inclusivas.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Inclusão escolar. Formação docente. Acessibilidade. Diversidade.

ABSTRACT

This study aims to discuss inclusive education in the Brazilian educational context, addressing its historical, legal, social, and pedagogical foundations, as well as the challenges that still hinder its implementation in schools. This is a bibliographic study with a qualitative and descriptive approach, based on the analysis of books, scientific articles, official documents, and legislation related to the subject. The reviewed studies show that, although Brazil has made progress in establishing public policies and legal provisions aimed at guaranteeing the right to education for all, important obstacles remain, including insufficient teacher training, limitations in school infrastructure, and the lack of pedagogical resources and institutional support. The findings indicate that school inclusion goes beyond students' enrollment in regular education and involves creating conditions that ensure participation, learning, and development under equal opportunities. It is concluded that the consolidation of inclusive education depends on the joint efforts of public authorities, educational institutions, education professionals, families, and society in order to turn legal principles into truly inclusive practices.

Keywords: Inclusive education. School inclusion. Teacher training. Accessibility. Diversity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE.....	12
2.2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E SOCIAIS DA INCLUSÃO.....	14
2.3 DESAFIOS DA INCLUSÃO NO COTIDIANO ESCOLAR.....	17
2.4 ESTRUTURA ESCOLAR E CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE.....	20
2.5 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS.....	22
METODOLOGIA	25
ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa uma das mais importantes conquistas no campo educacional e social, uma vez que reafirma o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência e ao desenvolvimento no ambiente escolar. Embora os avanços legais e as discussões acadêmicas tenham ampliado a visibilidade desse tema, a inclusão ainda enfrenta obstáculos que impedem sua efetivação de forma plena. Em muitos contextos, o que se observa é a presença do aluno na escola sem que lhe sejam garantidas as condições necessárias para participar, aprender e desenvolver suas potencialidades.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil consolidou importantes dispositivos legais voltados à garantia do direito à educação, dentre eles a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996. Esses instrumentos estabeleceram a educação como um direito universal e reforçaram o compromisso do Estado com a promoção de uma escola capaz de acolher a diversidade humana em suas múltiplas dimensões. No entanto, a existência de leis, por si só, não assegura a concretização de práticas inclusivas, especialmente quando persistem limitações estruturais, pedagógicas e institucionais no cotidiano escolar.

Apesar dos avanços tecnológicos, da ampliação do acesso à informação e do crescimento das pesquisas na área, ainda é possível perceber que a inclusão, em muitos espaços, permanece esvaziada de seu significado. Frequentemente, o termo é utilizado em discursos e documentos oficiais, mas nem sempre se traduz em ações concretas. Inserir o estudante em ambientes considerados típicos, sem considerar suas necessidades individuais, suas barreiras e as condições externas que interferem em seu processo de aprendizagem, não caracteriza uma inclusão efetiva. Nesses casos, o que ocorre é apenas a permanência física do aluno em um sistema que continua operando segundo padrões homogêneos e pouco flexíveis.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram submetidas a processos de exclusão e marginalização, sendo por muito tempo vistas como incapazes ou associadas a concepções preconceituosas e estigmatizantes. Embora tais visões tenham sido gradualmente superadas no campo legal e científico, seus reflexos ainda podem ser percebidos em práticas sociais e educacionais que limitam o reconhecimento da individualidade e das potencialidades desses sujeitos. Nesse sentido, discutir educação inclusiva implica compreender que a diferença não deve ser tratada como obstáculo, mas como parte constitutiva da experiência humana.

No contexto escolar, a efetivação da inclusão depende de uma reorganização ampla que envolve acessibilidade, recursos pedagógicos, formação docente e apoio institucional. A escola regular, que já enfrenta desafios relacionados à padronização do ensino, à sobrecarga de profissionais e à insuficiência de recursos, muitas vezes não consegue responder adequadamente às demandas da diversidade. Todavia, essa realidade não pode ser atribuída exclusivamente ao professor, uma vez que a construção de práticas inclusivas exige o comprometimento das políticas públicas, da gestão escolar e de toda a comunidade educativa.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da educação inclusiva no contexto escolar, considerando os aspectos históricos, legais, estruturais e pedagógicos que influenciam sua efetivação. Busca-se compreender de que maneira a inclusão tem sido concebida e vivenciada nas instituições de ensino, bem como refletir sobre a importância da formação docente e das condições institucionais para a construção de uma escola que reconheça e valorize as singularidades de cada estudante.

A relevância desta pesquisa está na necessidade de problematizar a distância entre o discurso inclusivo e a realidade educacional, evidenciando que incluir não significa apenas garantir matrícula, mas assegurar participação, pertencimento e aprendizagem em condições equitativas. Assim, espera-se contribuir para a ampliação das discussões acerca da educação inclusiva e para o fortalecimento de práticas que tornem o ambiente escolar mais acessível, acolhedor e comprometido com o desenvolvimento integral de todos os alunos.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

A educação inclusiva parte do entendimento de que a diversidade constitui um elemento natural da convivência humana. Em qualquer contexto escolar, os estudantes apresentam diferentes formas de aprender, interagir e construir conhecimentos, o que exige da escola uma postura sensível às singularidades e às necessidades de cada sujeito. Nessa perspectiva, educar de forma inclusiva significa reconhecer que as diferenças não representam limitações, mas características próprias do desenvolvimento humano.

A escola, enquanto espaço de formação social e acadêmica, deve favorecer a participação de todos os alunos em condições de respeito e equidade. Em uma sociedade marcada por múltiplas experiências culturais, sociais e individuais, tornase inadequado manter práticas pedagógicas baseadas em padrões rígidos, nos quais todos devem responder da mesma maneira às mesmas exigências. Quando a diversidade é desconsiderada, muitos estudantes deixam de ter suas potencialidades reconhecidas e passam a vivenciar dificuldades que comprometem sua trajetória escolar.

A Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito de todos e estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). Esse princípio reforça que o ambiente educacional deve estar preparado para acolher diferentes perfis de estudantes, garantindo oportunidades concretas de participação e aprendizagem. Dessa forma, a inclusão não se limita ao ato de matricular o aluno, mas envolve a criação de condições que favoreçam seu desenvolvimento integral.

De acordo com Romeu Kazumi Sassaki, a inclusão representa uma mudança de paradigma em que as instituições precisam se reorganizar para atender à diversidade humana. Sob essa ótica, não cabe ao estudante adaptar-se sozinho às exigências do sistema, mas à escola construir alternativas que considerem suas

particularidades. Tal compreensão desloca o foco da deficiência para as barreiras existentes no próprio contexto educacional.

Na mesma direção, Rosa Blanco ressalta que a educação inclusiva pressupõe participação, pertencimento e aprendizagem. A presença física do estudante no espaço escolar, embora importante, não garante por si só uma experiência educativa significativa. Para que o processo seja efetivo, é necessário que todos tenham acesso a estratégias, recursos e oportunidades compatíveis com seus ritmos e modos de aprender.

O reconhecimento da individualidade torna-se fundamental nesse processo. Cada aluno possui experiências, habilidades e desafios específicos que não podem ser reduzidos a um diagnóstico ou a uma classificação. Mesmo entre estudantes sem necessidades educacionais específicas, já se observam diferenças importantes quanto ao desenvolvimento, ao comportamento e à aprendizagem. Por essa razão, a valorização das singularidades deve orientar toda prática pedagógica comprometida com a equidade.

Maria Teresa Eglér Mantoan defende que a inclusão escolar implica transformar a cultura educacional, superando modelos que selecionam, classificam e excluem. Em vez de ajustar alguns alunos a estruturas inflexíveis, a proposta inclusiva busca construir uma escola capaz de ensinar todos em conjunto, respeitando diferentes formas de participação e construção do conhecimento.

Conforme destaca Marcos Cezar de Freitas, é importante distinguir acesso, acessibilidade e inclusão. O acesso corresponde à entrada do estudante na escola; a acessibilidade refere-se à eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e pedagógicas; e a inclusão se concretiza quando o aluno participa efetivamente do processo educativo em condições de equidade. Essa distinção evidencia que a matrícula, isoladamente, não assegura o direito à educação em sua plenitude.

Dessa maneira, a educação inclusiva deve ser compreendida como um compromisso ético e pedagógico voltado à valorização da diversidade humana. Incluir significa garantir que todos os estudantes encontrem no ambiente escolar oportunidades reais de aprender, desenvolver-se e exercer sua cidadania. Quando esse princípio orienta as práticas educacionais, a escola se aproxima de uma proposta

mais democrática, acolhedora e comprometida com o desenvolvimento de cada sujeito, o que pode ser observado na prática pedagógica, na organização da sala de aula e na participação dos estudantes nas atividades propostas. Assim, reforça-se a importância de uma prática educativa que considere as singularidades dos alunos e promova a aprendizagem de forma equitativa.

2.2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E SOCIAIS DA INCLUSÃO

A compreensão contemporânea da educação inclusiva é resultado de um longo processo histórico marcado por avanços, contradições e mudanças na forma como a sociedade percebe as diferenças humanas. Durante muitos séculos, pessoas com deficiência foram afastadas da convivência social e privadas do acesso a direitos básicos, inclusive à educação. Em diferentes períodos históricos, suas condições foram associadas a crenças religiosas, interpretações moralizantes e concepções que reforçavam a exclusão e a invisibilidade social.

Com o desenvolvimento das ciências humanas e o fortalecimento dos debates sobre direitos fundamentais, passou-se a reconhecer que as limitações enfrentadas por essas pessoas não decorrem apenas de características individuais, mas também das barreiras físicas, sociais e atitudinais presentes na sociedade. Esse entendimento contribuiu para a superação gradual de modelos assistencialistas e segregadores, abrindo espaço para uma perspectiva pautada no respeito à dignidade humana e na garantia de participação em igualdade de condições.

No contexto internacional, documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Declaração de Salamanca, de 1994, exerceram forte influência sobre a formulação de políticas educacionais inclusivas. A Declaração de Salamanca estabeleceu que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas (UNESCO, 1994). Tal orientação consolidou o entendimento de que a diversidade é parte constitutiva do ambiente escolar e de que os sistemas educacionais devem se reorganizar para atender às necessidades dos estudantes.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um marco decisivo ao definir a educação como direito de todos e ao assegurar igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). O texto constitucional também

prevê o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, reforçando o compromisso do Estado com a ampliação do acesso à educação para pessoas com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) aprofundou esse compromisso ao reconhecer a educação especial como modalidade transversal e ao estabelecer que a formação dos professores deve ocorrer em nível superior, em cursos de licenciatura (BRASIL, 1996). Essa determinação evidencia que a inclusão depende não apenas de garantias legais, mas também da preparação profissional e da organização pedagógica necessária para atender à diversidade presente na escola.

Posteriormente, outras normativas ampliaram esse conjunto de direitos, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que consolidou princípios relacionados à acessibilidade, à participação social e à eliminação de barreiras. No campo educacional, esse dispositivo reforça a obrigação de assegurar condições adequadas para que o estudante participe efetivamente do processo de ensino e aprendizagem em ambientes inclusivos.

Segundo Rosana Glat e Edicléa Mascarenhas Fernandes, a passagem da educação segregada para a educação inclusiva representa uma importante mudança de paradigma. Entretanto, as autoras destacam que a existência de políticas públicas e dispositivos legais não garante, por si só, a consolidação de práticas efetivamente inclusivas. Em muitos contextos, antigas formas de exclusão permanecem presentes, ainda que sob novas nomenclaturas.

Na mesma direção, Rosa Blanco observa que o desafio atual não consiste apenas em assegurar o acesso à escola, mas em garantir participação, aprendizagem e pertencimento. Isso significa que o direito à educação só se concretiza quando o estudante encontra condições reais para desenvolver suas potencialidades e participar de forma significativa da vida escolar.

Romeu Kazumi Sassaki afirma que a inclusão exige a reorganização dos sistemas sociais e educacionais para acolher a diversidade humana. Essa perspectiva desloca a responsabilidade da adaptação do aluno para a instituição, reconhecendo que as barreiras impostas pelo ambiente são fatores decisivos no processo de

exclusão. Tal entendimento contribuiu para fortalecer a noção de acessibilidade em suas dimensões arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal.

Estudos mais recentes, como os de Jaqueline Schneider da Silva e Nalú Farenzena, demonstram que o avanço das políticas inclusivas no Brasil ampliou significativamente o número de matrículas de estudantes públicos-alvo da educação especial em classes comuns. Contudo, as autoras ressaltam que a expansão do acesso não elimina desafios relacionados à qualidade do atendimento, à formação docente, à infraestrutura e ao suporte institucional oferecido às escolas.

Sob a perspectiva social, a inclusão representa um movimento de enfrentamento às desigualdades historicamente construídas. Ao reconhecer que as diferenças fazem parte da condição humana, a educação inclusiva contribui para a construção de relações mais democráticas e para o fortalecimento da cidadania. Nesse processo, a escola assume papel fundamental ao promover experiências de convivência, respeito e valorização das potencialidades de cada estudante.

Apesar dos avanços legais e conceituais, ainda persiste uma distância considerável entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza no cotidiano educacional. Em muitas realidades, estudantes com necessidades educacionais específicas continuam enfrentando barreiras relacionadas à ausência de recursos, à insuficiência de apoio especializado e à manutenção de práticas pedagógicas pouco flexíveis. Esse cenário evidencia que a efetivação da inclusão depende da articulação entre políticas públicas, investimento institucional e compromisso coletivo com a garantia do direito à educação.

Dessa forma, os fundamentos históricos, legais e sociais da inclusão demonstram que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva resulta de um processo contínuo de transformação. Mais do que assegurar normas e diretrizes, é necessário promover mudanças concretas que possibilitem a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes em condições de equidade.

2.3 DESAFIOS DA INCLUSÃO NO COTIDIANO ESCOLAR

A consolidação da educação inclusiva no ambiente escolar depende de fatores que vão além da existência de leis e documentos normativos. Embora o direito à educação esteja amplamente assegurado, a realidade vivenciada nas escolas demonstra que ainda existem obstáculos que dificultam a efetivação de práticas verdadeiramente inclusivas. Nesse contexto, torna-se necessário compreender que a inclusão exige mudanças concretas na organização da escola, no planejamento pedagógico e na forma como as diferenças são percebidas e acolhidas (MANTOAN, 2003; MITTLER, 2003).

No cotidiano educacional, é comum observar situações em que o estudante é inserido em uma turma regular, mas continua sem o suporte necessário para participar plenamente das atividades propostas. Em muitos casos, a matrícula ocorre como cumprimento de uma exigência legal, enquanto as barreiras pedagógicas, estruturais e atitudinais permanecem inalteradas. Quando isso acontece, a inclusão torna-se apenas formal, sem produzir impactos significativos no desenvolvimento do aluno.

Essa realidade evidencia que incluir não significa tratar todos de maneira idêntica, mas reconhecer que cada estudante possui necessidades, ritmos e potencialidades próprias. A adoção de práticas padronizadas e de métodos avaliativos rígidos tende a desconsiderar essas particularidades e a reforçar processos de exclusão. Aqueles que não conseguem acompanhar o modelo predominante acabam, muitas vezes, sendo vistos como incapazes, quando, na verdade, o que se observa é a inadequação do próprio sistema às diferentes formas de aprendizagem.

Segundo Rosa Blanco (2008), a inclusão pressupõe a construção de ambientes capazes de garantir participação, pertencimento e aprendizagem para todos os alunos. Isso exige que a escola desenvolva estratégias pedagógicas flexíveis e disponha de recursos adequados para atender às singularidades presentes em sala de aula. Sem essas condições, o processo educativo tende a reproduzir desigualdades já existentes na sociedade.

Outro aspecto relevante diz respeito à sobrecarga enfrentada pelos profissionais da educação. Em muitas instituições, o professor atua com turmas

numerosas, escassez de recursos e pouco suporte técnico ou multiprofissional. Nessas circunstâncias, torna-se inadequado atribuir exclusivamente ao docente a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da inclusão. Embora seu papel seja fundamental, a efetivação de práticas inclusivas depende do comprometimento institucional e da implementação de políticas públicas que ofereçam suporte contínuo à escola.

De acordo com Rosana Glat e Márcia Denise Pletsch (2011), a inclusão escolar somente se concretiza quando há articulação entre formação docente, recursos pedagógicos, gestão escolar e apoio especializado. As autoras ressaltam que o trabalho pedagógico precisa ser planejado de forma colaborativa, considerando as necessidades dos estudantes e as condições reais do contexto escolar.

Além das dificuldades estruturais e pedagógicas, ainda persistem barreiras atitudinais que interferem no processo inclusivo. Concepções estigmatizantes e expectativas reduzidas em relação às capacidades dos estudantes podem comprometer seu desenvolvimento e limitar sua participação. Historicamente, pessoas com deficiência foram vistas como incapazes ou como sujeitos que deveriam adaptar-se a padrões estabelecidos, e parte dessas concepções ainda influencia práticas educacionais contemporâneas.

As barreiras atitudinais costumam ser menos visíveis do que as barreiras físicas, mas seus efeitos podem ser igualmente prejudiciais. Quando o estudante é subestimado ou quando suas capacidades são constantemente questionadas, cria-se um ambiente pouco favorável ao desenvolvimento da autonomia e da autoestima. Por essa razão, a inclusão requer também mudanças de postura, revisão de preconceitos e construção de uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças.

Nesse cenário, torna-se fundamental compreender que a inclusão não beneficia apenas os estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas. Quando a escola se organiza para respeitar diferentes formas de aprender, todos os alunos passam a ter maiores oportunidades de participação e desenvolvimento. A flexibilização das práticas pedagógicas, o uso de recursos diversificados e a valorização da individualidade contribuem para um ambiente mais democrático e acolhedor.

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), a escola inclusiva é aquela que se transforma para atender a todos os estudantes, reconhecendo a diversidade como característica natural do processo educativo. Nessa perspectiva, as diferenças deixam de ser vistas como problema e passam a constituir oportunidade de enriquecimento das experiências de aprendizagem.

A participação da família também exerce papel importante no enfrentamento dos desafios da inclusão. O diálogo entre escola e responsáveis permite maior compreensão das necessidades do estudante e favorece a construção de estratégias mais coerentes com sua realidade. Quando família e escola atuam em parceria, o processo educativo tende a se tornar mais consistente e significativo.

Além disso, o poder público possui responsabilidade decisiva na consolidação da inclusão escolar. Investimentos em infraestrutura, formação continuada, contratação de profissionais especializados e disponibilização de recursos pedagógicos são medidas essenciais para transformar os princípios legais em ações concretas. Sem esse suporte, a inclusão permanece limitada ao plano normativo, sem alcançar plenamente o cotidiano das instituições de ensino.

Dessa forma, os desafios da inclusão no cotidiano escolar evidenciam que o processo inclusivo demanda compromisso coletivo e ações efetivas. Não se trata apenas de inserir o aluno em um espaço regular, mas de garantir condições reais para que ele seja respeitado, participe ativamente e desenvolva suas potencialidades. Quando a inclusão é compreendida como responsabilidade compartilhada entre escola, família, profissionais e poder público, torna-se possível avançar na construção de uma educação mais justa e significativa para todos.

De modo geral, foi possível perceber que a construção de práticas inclusivas exige planejamento, sensibilidade e investimento contínuo. Apesar das dificuldades ainda presentes, a escola pode tornar-se um espaço mais acessível e acolhedor quando reconhece que cada estudante possui formas próprias de aprender e que a diversidade constitui elemento fundamental para o enriquecimento do processo educativo.

2.4 ESTRUTURA ESCOLAR E CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

A efetivação da educação inclusiva está diretamente relacionada às condições oferecidas pelo ambiente escolar. Para que todos os estudantes possam participar do processo de ensino e aprendizagem com autonomia e segurança, é necessário que a escola disponha de recursos físicos, pedagógicos e organizacionais compatíveis com a diversidade presente em seu cotidiano. Dessa forma, a acessibilidade deve ser compreendida como um elemento essencial para garantir o direito à educação em condições de equidade.

Quando se fala em estrutura escolar, não se trata apenas de adaptações arquitetônicas, embora estas sejam indispensáveis. Rampas, corrimãos, banheiros acessíveis, sinalização adequada e mobiliário adaptado representam medidas importantes para eliminar barreiras físicas. No entanto, a acessibilidade também envolve recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, materiais adaptados e estratégias que favoreçam a participação de estudantes com diferentes necessidades.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece que a pessoa com deficiência tem direito à educação em ambientes inclusivos, com garantia de acessibilidade e eliminação de obstáculos que possam comprometer sua participação (BRASIL, 2015). Essa legislação reforça que o espaço escolar deve ser planejado de forma a assegurar autonomia, segurança e condições adequadas para o desenvolvimento dos estudantes.

Além da estrutura física, a organização do ambiente escolar exerce influência significativa sobre a aprendizagem. Salas de aula superlotadas, espaços pouco adaptados e ausência de recursos específicos dificultam o atendimento às necessidades individuais e limitam as possibilidades de atuação pedagógica. Em contrapartida, quando a escola dispõe de materiais diversificados e ambientes planejados com intencionalidade, ampliam-se as oportunidades de participação e desenvolvimento para todos os alunos.

A acessibilidade também contempla aspectos comunicacionais e informacionais. Estudantes com deficiência visual, auditiva ou com dificuldades de comunicação necessitam de recursos específicos, como materiais em braille, fontes ampliadas, intérpretes de Libras, legendas, recursos visuais e sistemas alternativos

de comunicação. Quando esses instrumentos não estão disponíveis, o acesso ao conteúdo e à interação escolar pode ser comprometido.

O uso de tecnologias assistivas representa outro elemento importante no processo de inclusão. Softwares leitores de tela, pranchas de comunicação, tablets, lupas eletrônicas e outros dispositivos podem favorecer a autonomia e ampliar as possibilidades de aprendizagem. Entretanto, para que esses recursos sejam efetivos, é necessário que a escola tenha condições de disponibilizá-los e que os profissionais saibam utilizá-los de forma adequada.

De acordo com Peter Mittler, a inclusão exige a remoção de barreiras que restringem a participação dos estudantes e comprometem seu acesso ao conhecimento. Sob essa perspectiva, a acessibilidade deve ser entendida de forma ampla, abrangendo não apenas aspectos arquitetônicos, mas também condições pedagógicas, comunicacionais e organizacionais que favoreçam a aprendizagem.

Na mesma direção, Maria Teresa Eglér Mantoan destaca que a escola precisa reorganizar seus espaços e práticas para atender a todos os alunos, superando modelos centrados na homogeneização. Essa reorganização demanda planejamento coletivo, investimento institucional e compromisso com a construção de ambientes mais democráticos e acolhedores.

Outro aspecto relevante diz respeito aos espaços de apoio educacional, como salas de recursos multifuncionais, bibliotecas acessíveis e ambientes destinados ao atendimento educacional especializado. Quando bem estruturados, esses espaços complementam o trabalho realizado em sala de aula e contribuem para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

A gestão escolar exerce papel decisivo nesse processo. Cabe à equipe gestora identificar necessidades, planejar intervenções, buscar recursos e promover condições que favoreçam a inclusão. Quando a gestão assume postura comprometida com a acessibilidade, torna-se mais viável articular ações entre professores, especialistas, famílias e órgãos públicos.

Em muitas realidades, contudo, a precariedade estrutural ainda constitui um obstáculo significativo. A ausência de adaptações, a insuficiência de materiais e a limitação de recursos especializados revelam que o acesso formal à escola nem

sempre é acompanhado das condições necessárias para garantir participação efetiva. Quando essas barreiras permanecem, o estudante pode estar presente fisicamente, mas continuar excluído do processo educacional.

Essa realidade é ainda mais evidente em instituições localizadas em regiões com menor investimento público, onde problemas relacionados à manutenção predial, à aquisição de materiais e à contratação de profissionais especializados se tornam mais frequentes. Nessas circunstâncias, a inclusão tende a depender do esforço individual dos profissionais, o que evidencia a necessidade de políticas públicas mais consistentes e contínuas.

Assim, a estrutura escolar e as condições de acessibilidade representam elementos fundamentais para a consolidação da educação inclusiva. Ao oferecer ambientes seguros, recursos adequados e organização compatível com a diversidade, a escola amplia as possibilidades de aprendizagem e favorece o desenvolvimento de todos os estudantes. A inclusão torna-se mais concreta quando o espaço escolar é planejado para acolher as diferenças e transformar barreiras em oportunidades de participação e crescimento.

2.5 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

A formação docente ocupa posição central na construção de uma educação inclusiva efetiva. Embora a legislação brasileira reconheça o direito de todos à educação e determine que os professores sejam formados em nível superior, a realidade demonstra que muitos profissionais ainda se sentem inseguros diante das demandas apresentadas pela diversidade em sala de aula. Essa dificuldade não decorre, necessariamente, da falta de compromisso do professor, mas das limitações existentes na formação inicial, da ausência de formação continuada e da insuficiência de suporte institucional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a formação dos docentes para atuar na educação básica deve ocorrer em cursos de licenciatura (BRASIL, 1996). Contudo, possuir formação superior, por si só, não garante o domínio de estratégias pedagógicas capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes. A inclusão exige atualização constante, reflexão sobre a prática e

desenvolvimento de competências que permitam flexibilizar o ensino sem comprometer a qualidade do processo educativo.

Segundo Rosana Glat e Márcia Denise Pletsch, a formação de professores constitui um dos principais desafios para a consolidação da educação inclusiva no Brasil. As autoras destacam que muitos docentes não tiveram, em sua trajetória acadêmica, oportunidades suficientes para aprofundar conhecimentos relacionados à educação especial, à adaptação curricular e às práticas pedagógicas acessíveis.

Corroborando essa análise, Maria Aparecida Silva e Luciana Aparecida Oliveira afirmam que a ausência de preparo adequado compromete a elaboração de estratégias de ensino compatíveis com a diversidade presente em sala de aula. Como consequência, estudantes com necessidades educacionais específicas podem enfrentar dificuldades de aprendizagem, participação limitada e situações de exclusão dentro do próprio ambiente escolar.

Além da formação acadêmica, é fundamental que o professor desenvolva sensibilidade para compreender que cada estudante possui características próprias e formas singulares de aprender. O processo educativo torna-se mais efetivo quando o docente reconhece as potencialidades do aluno e constrói estratégias que respeitem seu ritmo, seus interesses e suas possibilidades de desenvolvimento. Essa postura contribui para que o ensino deixe de ser padronizado e passe a considerar a diversidade como parte constitutiva da prática pedagógica.

Entretanto, responsabilizar exclusivamente o professor pela efetivação da inclusão constitui uma compreensão reducionista. Em muitas escolas, os docentes lidam com turmas numerosas, escassez de recursos, excesso de demandas burocráticas e ausência de apoio multiprofissional. Mesmo quando existe disposição para promover práticas mais inclusivas, a falta de condições concretas pode comprometer o alcance dos resultados esperados.

Nesse contexto, a formação continuada assume papel essencial. Cursos, oficinas, grupos de estudo e momentos de troca entre profissionais possibilitam a atualização de conhecimentos e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. Mais do que acumular informações teóricas, a formação continuada permite ao professor

refletir sobre situações reais do cotidiano escolar e buscar alternativas para enfrentar desafios concretos.

Nessa perspectiva, Paulo Freire ressalta que a prática pedagógica exige reflexão permanente, sensibilidade e compromisso com a realidade dos educandos. Ensinar implica reconhecer que cada estudante possui experiências, ritmos e formas próprias de aprender. Quando o professor assume uma postura investigativa e crítica sobre sua própria atuação, amplia as possibilidades de construir intervenções mais significativas e respeitadas.

As práticas pedagógicas inclusivas pressupõem planejamento flexível, diversificação de recursos, adaptação de atividades e utilização de estratégias que valorizem as potencialidades dos estudantes. Aulas expositivas podem ser combinadas com recursos visuais, atividades práticas, jogos pedagógicos, tecnologias assistivas e metodologias colaborativas, favorecendo a participação de todos. O uso de diferentes linguagens e instrumentos amplia as possibilidades de compreensão e expressão dos conteúdos trabalhados.

A adaptação curricular não significa simplificar o ensino ou reduzir expectativas em relação ao estudante, mas reorganizar objetivos, conteúdos e estratégias de modo a torná-los acessíveis. O foco deve estar na garantia de oportunidades reais de aprendizagem, respeitando as especificidades de cada aluno sem comprometer a qualidade do processo educativo.

A avaliação também precisa ser compreendida como instrumento de acompanhamento e orientação, e não como mecanismo de padronização que desconsidera as diferenças individuais. Dessa forma, a aprendizagem passa a ser analisada de maneira mais ampla, considerando os avanços, as dificuldades e as particularidades de cada estudante. Avaliar de forma inclusiva significa reconhecer o progresso individual e utilizar os resultados para reorientar a prática pedagógica.

De acordo com Márcia Denise Pletsch, a inclusão escolar se fortalece quando o professor conta com apoio institucional, formação continuada e espaços de colaboração entre profissionais. O trabalho coletivo entre docentes, gestores, especialistas e famílias contribui para a construção de estratégias mais consistentes e adequadas às necessidades do contexto escolar.

A parceria entre escola e família também desempenha papel relevante nesse processo. Quando existe diálogo constante e compartilhamento de informações, torna-se mais fácil compreender as necessidades do estudante e desenvolver ações coerentes com sua realidade. A participação da família fortalece o vínculo entre o aluno e a escola, favorecendo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Assim, a formação docente e as práticas pedagógicas inclusivas constituem elementos fundamentais para a concretização do direito à educação. Quando o professor recebe suporte, oportunidades de aperfeiçoamento e condições adequadas de trabalho, torna-se mais possível desenvolver um ensino comprometido com a valorização da diversidade. A inclusão deixa de ser apenas um ideal e passa a se manifestar em ações concretas que favorecem a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvido com o objetivo de analisar a educação inclusiva no contexto escolar, com ênfase nos aspectos históricos, legais, sociais e pedagógicos que influenciam sua efetivação.

Optou-se pela abordagem qualitativa por possibilitar uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado, considerando interpretações, concepções e relações construídas no campo educacional. De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo, a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos e pelas produções sociais, sendo amplamente utilizada em investigações na área da educação.

Quanto aos objetivos, o estudo possui caráter descritivo, pois procura identificar, organizar e interpretar conhecimentos já produzidos acerca da educação inclusiva, destacando seus principais fundamentos e desafios. Conforme Antônio Carlos Gil, a pesquisa descritiva tem como finalidade apresentar as características de

determinado fenômeno, contribuindo para uma compreensão mais sistematizada do tema investigado.

No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e documentos oficiais. Esse tipo de investigação permite reunir diferentes perspectivas teóricas e analisar criticamente as contribuições existentes sobre o tema.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de obras e artigos científicos disponíveis em bases acadêmicas, repositórios institucionais e periódicos especializados, com destaque para a Scientific Electronic Library Online (SciELO), além de documentos legais e publicações do Ministério da Educação. Foram selecionados materiais que abordam a educação inclusiva, a formação docente, as políticas públicas e os desafios enfrentados no cotidiano escolar.

Entre as principais referências utilizadas destacam-se Romeu Kazumi Sassaki, Rosa Blanco, Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosana Glat, Márcia Denise Pletsch, além de documentos normativos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Declaração de Salamanca e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

A análise do material ocorreu por meio de leitura, seleção e interpretação das obras, buscando identificar convergências e divergências entre os autores, bem como relacionar os fundamentos teóricos à realidade educacional brasileira. Esse procedimento permitiu compreender os avanços legais e conceituais da inclusão, assim como os desafios que ainda dificultam sua efetivação nas escolas.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica possibilitou construir uma análise fundamentada em produções científicas e documentos oficiais, contribuindo para uma compreensão crítica sobre a educação inclusiva e sobre os caminhos necessários para a consolidação de práticas educacionais mais equitativas e efetivas.

ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das obras consultadas demonstra que a educação inclusiva representa um importante avanço no reconhecimento do direito de todos à educação. Nas últimas décadas, houve ampliação de leis, políticas públicas e estudos voltados à valorização da diversidade, fortalecendo a compreensão de que a escola deve garantir não apenas o acesso, mas também condições reais de participação e aprendizagem para todos os estudantes.

O levantamento bibliográfico evidencia que o número de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns aumentou significativamente. Esse dado revela avanços no acesso ao ensino regular, mas não assegura, por si só, que o processo inclusivo esteja consolidado. Em muitos contextos, a presença do estudante na escola ainda não é acompanhada das adaptações, recursos e estratégias necessárias para atender às suas necessidades.

Autores como Romeu Kazumi Sassaki, Rosa Blanco e Maria Teresa Eglér Mantoan ressaltam que incluir significa reorganizar o sistema educacional para acolher a diversidade. Nessa perspectiva, a escola precisa superar práticas padronizadas e reconhecer que cada estudante apresenta características, ritmos e formas particulares de aprender.

A literatura analisada também aponta que a formação docente continua sendo um dos principais desafios para a efetivação da inclusão. Conforme destacam Rosana Glat e Márcia Denise Pletsch, muitos professores não recebem preparação suficiente para lidar com as demandas da diversidade escolar. Essa limitação, somada à ausência de formação continuada, pode dificultar a elaboração de práticas pedagógicas mais acessíveis.

Outro aspecto recorrente refere-se às condições estruturais das instituições de ensino. A falta de acessibilidade, a escassez de materiais adaptados, o elevado número de alunos por turma e a insuficiência de apoio especializado comprometem tanto o trabalho docente quanto o desenvolvimento dos estudantes. Nesse cenário, torna-se inadequado atribuir ao professor, de forma isolada, a responsabilidade pela concretização da inclusão.

Ao mesmo tempo, os estudos evidenciam que a educação inclusiva beneficia toda a comunidade escolar. Quando a escola adota metodologias flexíveis, diversifica recursos e valoriza as diferenças, amplia-se o potencial de aprendizagem de todos os alunos e fortalecem-se atitudes de respeito, cooperação e convivência democrática.

Os resultados desta pesquisa indicam que a inclusão escolar permanece em processo de construção. Embora existam avanços significativos no campo legal e teórico, ainda persistem desafios estruturais, pedagógicos e sociais que limitam sua efetivação. Dessa forma, a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende do compromisso conjunto entre poder público, gestores, professores, famílias e sociedade, de modo que o direito à educação se traduza em oportunidades concretas de participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a educação inclusiva representa uma conquista importante no reconhecimento do direito de todos à educação, mas sua efetivação ainda enfrenta desafios significativos no contexto escolar brasileiro. Ao longo do estudo, verificou-se que os avanços legais e conceituais foram fundamentais para ampliar o acesso de estudantes com necessidades educacionais específicas ao ensino regular. No entanto, a existência de leis e políticas públicas, por si só, não garante que a inclusão ocorra de forma plena e efetiva.

A análise da literatura evidenciou que a inclusão exige mudanças que ultrapassam a simples matrícula do estudante em classes comuns. Para que o processo inclusivo se concretize, é necessário que a escola disponha de estrutura adequada, recursos pedagógicos acessíveis, formação docente contínua e suporte institucional compatível com as demandas da diversidade. Quando essas condições não são asseguradas, o aluno pode estar presente fisicamente no ambiente escolar sem participar de maneira significativa do processo de aprendizagem.

Também se constatou que a responsabilidade pela inclusão não deve recair exclusivamente sobre o professor. Embora a atuação docente seja essencial, o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas depende do envolvimento da gestão escolar, das famílias, do poder público e de políticas educacionais que

ofereçam condições reais de trabalho e de formação. Em contextos marcados por turmas numerosas, escassez de recursos e ausência de apoio especializado, a concretização da inclusão torna-se um desafio ainda maior.

Os estudos analisados reforçam que a valorização da individualidade é um aspecto central no processo educativo. Cada estudante apresenta ritmos, potencialidades e necessidades próprias, que devem ser reconhecidos e respeitados. Incluir significa compreender essas singularidades e construir estratégias que promovam participação, aprendizagem e desenvolvimento em condições de equidade.

Conclui-se, portanto, que a educação inclusiva permanece em constante construção. Apesar dos avanços conquistados, ainda existem barreiras estruturais, pedagógicas e sociais que precisam ser superadas para que o direito à educação seja plenamente assegurado. Dessa forma, torna-se indispensável o compromisso coletivo com a implementação de ações concretas que transformem os princípios da inclusão em uma realidade efetiva, capaz de garantir a todos os estudantes oportunidades reais de aprendizagem, autonomia e participação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BLANCO, Rosa. A educação inclusiva: um caminho para o futuro. Brasília, DF: UNESCO, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Antônio da Silva Santos. A educação inclusiva nas escolas da cidade de São Bento, Paraíba. 2020. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 53, e10084, 2023.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão, Brasília, n. 1, p. 35-39, 2005.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 303-318, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma da próxima década. Mensagem da APAE, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29-31, 1998.

SILVA, Jaqueline Schneider da; FARENZENA, Nalú. Educação especial inclusiva e políticas públicas: avanços, desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 31, e0156, 2025.

SILVA, Maria Aparecida; OLIVEIRA, Luciana Aparecida. Formação docente na educação especial: desafios e possibilidades para a inclusão. Revista Acadêmica Online, v. 10, n. 1, p. 45-60, 2020.

SILVA, Rosane Aparecida da; MOLINA NETO, Vicente. Inclusão escolar e formação de professores: desafios contemporâneos para a prática pedagógica. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 28, e280091, 2023.